

MÃES PARA UMA NOVA PÁTRIA EUROPÉIA*

Verena Stolcke**

Três fantasmas inquietam o imaginário europeu neste fim de século: a "invasão" imigratória proveniente do Sul, a "bomba" demográfica do chamado Terceiro mundo e o progressivo envelhecimento deste nosso Velho Mundo. Já em 1979, o político conservador francês Michel Debré advertia: se as francesas não assumissem o dever patriótico de produzir mais crianças, sua falta de entusiasmo procriativo conduziria à uma situação de "produtores sem mercado, aposentadorias que o Estado já não mais será capaz de pagar, uma legislação social totalmente posta em questão, o perigoso isolamento de envelhecidos europeus em um mundo superpovoado, no qual o Terceiro Mundo joga a cartada natalidade".¹ Mas esta ansiedade reprodutiva não é, de forma alguma, uma peculiaridade da república francesa. Desde meados dos anos setenta, é compartilhada pela direita política em toda Europa. Em meados dos anos oitenta, na antiga República Federal da Alemanha, um perito pró-natalista opinava: "ainda há um número importante de mães que, se as condições fossem adequadas, ficariam felizes em ter 4 ou 5 filhos, quer dizer, em ser mães profissionais. Nós temos perguntado que efeito teria para a fecundidade se as mães gozassem de segurança econômica, como se fossem funcionárias para ter filhos...? Se fossem dotadas de subvenções importantes

* *IN En Pie de Paz*, 28, 1993. Tradução de Ricardo Augusto Vieira.

** Universitat de Barcelona, Espanha.

¹ Michel Debré, entrevista ao *Le Nouvel Observateur*, 30/04/1979.

para esse fim..., resultados poderiam ser obtidos".² O estado espanhol e a Catalunha tampouco são diferentes neste assunto. Também nossos economistas e políticos têm-se mostrado preocupados com o declínio na "reprodução nacional". Há alguns anos, por exemplo, o Presidente Jordi Pujol insistia em que as catalãs deveriam ter pelo menos três *filhos* (certamente um erro demográfico-androcêntrico, pois a capacidade reprodutiva de uma população depende do número de *mulheres* de que dispõe). Além disto, nos próximos dias, o governo da Convergência e União inicia o debate de um Plano Integral de Apoio às Famílias, em vista do alarmante declínio, nos últimos quinze anos, da taxa de fecundidade catalã. Ao explicar esta iniciativa de regeneração familiar, o ex-secretário de Cultura e Trabalho Joan Rigol revelou o que havia por detrás dela. Ele sublinhou que o ter filhos tem uma conotação muito precisa para os partidos nacionalistas: "O sentido de pertencimento a um povo ou à uma cultura tem como melhor escola a tomada de consciência da relação inter-gerações, que é a própria família".³

O crescente alarme perante o declínio das taxas de fecundidade para abaixo do nível de reposição da população "nacional" tem coincidido com a progressiva exclusão legal e o acentuado aumento da hostilidade e da violência, em toda Europa, contra os chamados imigrantes extra-comunitários. Que estes imigrantes tenham que migrar para buscar a vida entre nós, tende-se a atribuir à pobreza em seus países de origem, que supostamente é conseqüência da "explosão" demográfica causada por sua própria e irracional falta de previsão reprodutiva.

Contudo, os peritos no "problema" da imigração raras vezes vinculam os preconceitos acerca dos imigrantes extra-comunitários à esta retórica demográfica e, menos ainda,

² Jürgens, citado em Stein, *Die Welt*, 07/12/1985.

³ *El País*, 18/02/1993, p.21.

apercebem-se das conseqüências que têm estes planejamentos, em especial para as mulheres.

É certo que o envelhecimento da população européia revela os gastos sociais para financiar a aposentadoria do crescente contingente de idosas e idosos. Não obstante, permanece paradoxal que se lamente o "envelhecimento" da velha Europa, com suas conseqüências para o estado de bem-estar, e, ainda que as taxas de desemprego aumentem, que se recorra à responsabilidade reprodutiva das mulheres e, ainda por cima, sejam construídas barreiras, cada vez mais intransponíveis, para impedir a entrada dos imigrantes. Se faltam "produtores", como se alega, que produzam a riqueza necessária para sanear os custos da população dependente, crianças, velhas e velhos, por que não, em lugar de fechar, abrir as fronteiras aos pobres do Terceiro Mundo que, afinal das contas, costumam realizar aqueles trabalhos que os nativos rejeitam e, além do mais, o fazem por salários mais baixos ?

As políticas de imigração restritivas, a hostilidade, na Europa, contra os imigrantes do Terceiro Mundo e as doutrinas pró-natalistas não respondem, na realidade, a um problema puramente demográfico ou mesmo numérico. Por um lado, esse jogo de números e de fecundidade inspira-se em uma interpretação, de cunho conservador, dos problemas do mundo, a qual encobre as raízes reais da crescente desigualdade entre Norte e Sul. Por outro, nesta visão catastrofista, subjaz um renascimento nacionalista em toda a velha Europa, tendo como matriz ideológica a noção do estado-nação moderno, concebido não só como artifício político, mas dotado de uma comunidade orgânica culturalmente homogênea que as mães da pátria são chamadas a reproduzir.

A construção da fortaleza Europa tem gerado novas segregações, entre europeus e não-europeus, entre comunitários e extra-comunitários. Além disto, está-se difundindo a idéia segundo a qual atitudes xenófobas são próprias dos seres

humanos. Para descrever a crescente hostilidade contra os imigrantes do Terceiro Mundo, a noção de *xenofobia*, à parte a de racismo, tem-se convertido em um termo muito manuseado ultimamente nos meios de comunicação, tanto por políticos quanto acadêmicos europeus. Raras vezes se define este termo com clareza. Não obstante, isto reflete um equívoco muito difundido, a saber, a idéia segundo a qual é a presença dos imigrantes com culturas diferentes, por serem estrangeiros, aquilo que explica a aversão por eles e justifica sua exclusão para o bem da tranqüilidade e unidade nacionais. Xenofobia quer dizer literalmente ódio ao estrangeiro, ao estranho. Alega-se que é natural repelir aqueles que são desconhecidos, diferentes, e que é inevitavelmente fonte de conflitos a convivência entre as pessoas de cultura diferente. As tensões sociais que a imigração extra-comunitária produz, devem-se, não a "nós", mas a "eles". É ilustrativa deste exclusivismo nacional de tipo culturalista, presente no senso comum, uma tendência a atribuir sua aversão aos imigrantes ao fato que "eles" "nos" tiram o trabalho. Não obstante, nunca se pergunta por que não se agride o filho do vizinho, apesar deste também ser um competidor no mercado de trabalho. Parece evidente que os recursos "nacionais" tais como o trabalho, a subsistência, os serviços sociais, ainda mais quando escasseiam, pertencem exclusivamente aos "nativos". Os imigrantes se convertem nos bodes expiatórios de todos os males sócio-econômicos nacionais, embora seja óbvio que não foram eles que produziram isto. Desvia-se a atenção da opinião pública das suas verdadeiras causas e, além do mais, fomenta-se a solidariedade nacional em vista desta ameaça externa.

O significado político e as raízes desse amplo e difuso preconceito acerca dos imigrantes extra-comunitários é controvertido. Eu mesma o interpretei, a princípio, como um novo surto racista. Todavia, as comparações podem dissimular

tanto quanto revelam. Quero sugerir que estamos presenciando uma retórica da exclusão distinta, de tipo fundamentalista, a qual se apóia, por um lado, em uma idéia nacionalista do estado e, por outro, em uma nova noção de natureza humana, o *homo xenofobicus*. Não estou propondo que uma forma de legitimação ideológica da exclusão é menos perversa que a outra, mas sim que são conceitual e politicamente distintas, exigindo, portanto, argumentos novos. O que a idéia bio-moral de "raça" é para o racismo, a noção de xenofobia o é, agora, para esta nova ideologia anti-imigrante, a saber, sua justificação natural. O que é natural é universal, e, portanto, inevitável. Doutrinas racistas classificam a humanidade em categorias hierarquizadas. A idéia segundo a qual os seres humanos são por natureza xenófobos implica que, pelo contrário, as *relações* entre culturas são inevitavelmente hostis, reificando as "culturas" como conjuntos compactos, distintos e imutáveis de valores e costumes incomensuráveis. Além disto, como requisito para a cidadania, confunde-se identidade cultural com nacionalidade. Não obstante, parecem mesclar-se, às vezes, atitudes racistas com xenófobas, como quando se hostiliza um imigrante por ser "negro". Contudo, ainda que o racismo consista em justificar formas de desigualdade socio-econômicas, atribuindo-as às diferenças "raciais", o fenótipo tende a servir atualmente como sinal de que a vítima é imigrante, rejeitado porque não é membro da comunidade nacional.

Mas, a partir desta ótica, como se explica que não se hostilize qualquer estrangeiro ou estrangeira, a não ser alguns imigrantes concretos, os chamados "extra-comunitários" do Terceiro Mundo? Por definição, as ideologias servem para mascarar relações econômico-políticas potencialmente explosivas. De fato, a discriminação contra os imigrantes "não-europeus", enquanto coletivo com traços culturais diferentes, não é o resultado de sua simples presença em uma Europa que

tampouco é exatamente homogênea culturalmente. São excluídos seletivamente porque são pobres do Sul que pretendem compartilhar - e parecem assim ameaçá-la - a riqueza do Norte. A fortaleza Europa em construção justifica a exclusão, reterritorializando os povos-culturas. Cada cultura em seu país! Como declarava Jordi Pujol, algum tempo atrás, "é mais fácil inclusive integrar um ateu ocidental que um muçulmano, já que os esquemas culturais são diferentes... Na Catalunha ou num país europeu... é fácil integrar poloneses, italianos ou alemães, mas não igualmente um árabe que tenha uma forte vivência muçulmana, ainda que não seja um fundamentalista"⁴, tendo concluído estas reflexões expressando seu temor diante das taxas diferenciais de natalidade entre o norte do Mediterrâneo e o Magreb. Hoje em dia, em toda a Europa "comunitária", pode-se ouvir argumentos deste tipo fundamentalmente cultural e neomalthusiano.

As angústias pró-natalistas europeias e as posturas de controle da população adotadas para o Terceiro Mundo constituem tão somente a outra face deste renascimento nacionalista europeu. A matéria-prima da qual esta retórica da exclusão deriva sua força argumentativa é a ambivalente noção de moderno estado-nação, da qual um dos potentes ingredientes é a idéia segundo a qual as identidades nacionais estão fundadas em um patrimônio histórico cultural único e imutável.

Uma das conseqüências muitas vezes desapercibida desta segregação inter-"nacional" é o controle do nosso "poder" procriador. Na Europa em que se discutem estímulos à fecundidade, há intenções de tolher os avanços conseguidos pelas mulheres no que diz respeito à interrupção da gravidez e exaltam-se as virtudes da família. Depois de uma atribulada profissionalização, querem nos reconverter em "mães profissionais", com incentivos monetários que seguramente estão

⁴ *El País*, 04/11/1989.

bem abaixo do "valor" das nossas horas de dedicação maternal. Se nos retirarmos ao lar a fim de procriar para a nação, isto tem, além de tudo, a vantagem adicional de aliviar o problema do desemprego em uma época de recessão econômica. Todavia, muitos fazem ouvidos moucos às verdadeiras raízes econômico-políticas da crescente desigualdade entre Norte e Sul. Implementam-se, aí, políticas agressivamente anti-natalistas, com práticas tais como esterilização, experimentação e difusão de anticoncepcionais injetáveis, de implantes cujos efeitos colaterais são pelo menos incertos, e que penalizam as mulheres do Sul. Para o Norte rico, continua preferível diminuir o número de bocas famintas nos países do Sul a repartir sua própria riqueza com eles ou mesmo permitir que se instalem entre "nós", embora, como demonstra o próprio pânico pró-natalista europeu, o bem-estar tenda a reduzir, a médio prazo, a natalidade. Não se trata de minimizar o problema demográfico, mas sim de insistir em que sua causa é a desigualdade socio-econômica histórica entre Norte e Sul; tampouco se trata de repelir a planificação da procriação - todos os povos a têm praticado -, mas sim de exigir que não nos sejam impostas razões de Estado; trata-se, isto sim, de que possamos nós, as mulheres, decidir livremente como gerir nossa procriação.

De fato, os povos sempre têm migrado e as culturas têm demonstrado ser muito flexíveis e fluidas. Por outro lado, as comunidades políticas não têm sido nem são culturalmente uniformes. As culturas se entrincheiram somente em contextos de dominação e conflito. Por outro lado, sem que isto implique desvantagens, a diversidade cultural só prosperará e será criativa numa terra suficientemente democrática e igualitária, onde as pessoas sejam capazes de resistir à discriminação (por serem imigrantes, estrangeiros, mulheres, negros) e possam desenvolver suas diferenças sem prejudicarem a si próprios nem a solidariedade. O problema é como chegar a esse mundo.

MÃES PARA UMA NOVA PÁTRIA EUROPÉIA

Resumo:

O artigo analisa os pressupostos que orientam o discurso pró-natalista europeu mostrando como a ansiedade natalista - compartilhada pela direita política em toda Europa - está associada aos preconceitos contra os imigrantes extra-comunitários e à falta de atenção aos interesses femininos. Neste discurso o estímulo à maternidade é apresentado como solução para o atual problema demográfico europeu - a queda da natalidade, o envelhecimento da população e suas consequências em termos de política social. Esta nova retórica deve ser compreendida como consequência de uma série de elementos que entrelaçam-se perigosamente: o renascimento nacionalista, a xenofobia e a idéia de que as identidades nacionais estão fundadas em um patrimônio histórico cultural único e imutável.

MOTHERS FOR A NEW EUROPEAN NATION

Abstract:

This article analyzes the implied suppositions behind European pro-natalist discourse, showing how reproductive anxiety - shared by the right-wing all over Europe - is associated with prejudice against extra-community immigrants and ignoring the interests of women. In this discourse, stimulus to maternity is presented as a solution to the demographic problem of Europe today - falling birth rates, aging of the population and their consequences for social policy. This new rhetoric should be understood as resulting from several dangerously intertwined elements: the rebirth of nationalism, xenophobia and the idea that national identities are founded on a unique and fixed cultural and historical patrimony.